

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT04.008

ENSINO E PRÁTICA DOCENTE: AVALIAÇÕES EXTERNAS DO CAED, PLANEJAMENTO, RESULTADOS QUALITATIVOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO SEGMENTO II DO ENSINO FUNDAMENTAL

Thayze Bezerra Santos¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar a proposta das avaliações externas do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd)/UFJF vinculada ao Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens – Escola das Adolescências, programa do Governo Federal, para o Segmento II do Ensino Fundamental, no Instituto Municipal João Cândido Filho (IMJCF). Nesta política, o Ministério da Educação (MEC) propõe a análise, monitoramento e avaliação da Educação Básica em cinco eixos: 1. Currículo; 2. Avaliação; 3. Intervenções pedagógicas; 4. Formação; e 5. Materiais. As avaliações disponibilizadas em cadernos na plataforma das Avaliações dos anos finais contemplam as áreas de Escrita, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências da Natureza, oferecendo aos professores e à coordenação escolar o acompanhamento individualizado e coletivo dos estudantes, turmas e matrizes (habilidades e competências) referenciadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para o referencial teórico deste trabalho, utilizamos como base as discussões de Luckesi (2003) e Tardif (2007), que consideram a avaliação como instru-

1 Doutora em Psicanálise pela UnD/RJ. Supervisora escolar do Instituto Municipal João Cândido Filho (IMJCF), da rede municipal de ensino de Carnaúba dos Dantas. E-mail: thayzebezerra@gmail.com

mento diagnóstico da prática docente e mecanismo de transformação das práticas pedagógicas, tratando do alinhamento das demandas pedagógicas às necessidades educacionais escolares; Afonso (2007) e as discussões referentes “ao mercado das avaliações” externas; Tuzzo et al. (2023) e o caráter dialógico da pesquisa qualitativa; as diretrizes documentais do CAEd (2017) e as considerações de Lopes e Barbosa (2024) sobre a prática docente frente às avaliações em larga escala no Brasil. Ao integrar as avaliações externas ao planejamento pedagógico, é possível fortalecer o processo educativo e promover uma abordagem personalizada e focada nas necessidades dos alunos, resultando em práticas pedagógicas mais eficazes e alinhadas aos objetivos educacionais estabelecidos pela BNCC. A partir das análises e dos resultados obtidos por meio da pesquisa, observou-se que: (i) alinhar os objetivos da avaliação externa aos objetivos da escola é fundamental para o sucesso no encaminhamento e andamento das práticas pedagógicas; (ii) mobilizar a escola, os alunos, os pais, a comunidade e os profissionais é crucial para que todos tenham consciência da relevância das avaliações externas como balizadoras do ensino básico; e (iii) revisar conteúdos curriculares em sala de aula, em uma semana de revisão e preparação para as provas, gera no estudante um senso de responsabilidade e um compromisso mútuo com a dedicação para as provas externas.

Palavras-chave: Avaliações externas. CAEd. Práticas pedagógicas. Segmento II. Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar a proposta das avaliações externas do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd)/UFJF vinculada ao Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens – Escola das Adolescências, programa do Governo Federal, para o Segmento II do Ensino Fundamental, no Instituto Municipal João Cândido Filho (IMJCF). O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd)/UFJF, atua na elaboração e acompanhamento das avaliações externas, bem como na formação de professores e profissionais da educação e gestão das habilidades e competências dos estudantes relacionadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), desde 1990, ofertando “o apoio e a promoção da pesquisa científica e tecnológica no âmbito da gestão e avaliação educacional e o desenvolvimento profissional e institucional nas áreas de gestão, planejamento, políticas públicas e avaliação da educação” (CAED, 2017, p. 2). A institucionalização desse serviço, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), objetiva fornecer subsídios didáticos e pedagógicos capazes de reavaliar o currículo escolar e as nuances educacionais dos espaços escolares.

As avaliações externas em larga escala oportunizam ao docente a reavaliação das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. A partir dos resultados obtidos, os encaminhamentos e objetivos propostos nas sugestões didáticas podem ser replanejados, considerando as defasagens e os níveis de aprendizagem dos estudantes. É nessa perspectiva que Luckesi (2003, p. 176) argumenta,

[...] no que se refere às funções da avaliação da aprendizagem, importa ter presente que ela permite o julgamento e a consequente classificação, mas essa não é a sua função constitutiva. É importante estar atento à sua função ontológica (constitutiva), que é de diagnóstico, e, por isso mesmo, a avaliação cria a base para a tomada de decisão, que é o meio de encaminhar os atos subsequentes, na perspectiva de busca de maior satisfação nos resultados.

Entende-se que uma das finalidades da educação é promover o pleno desenvolvimento do educando, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Acredita-se, assim, que as avaliações externas em larga escala, além de condicionarem práticas educacionais voltadas às competências e habilidades necessárias à formação do sujeito, atribuem à escola os resultados de um trabalho interno, porém com relevância e reconhecimento social. Nesse contexto, Lopes e Barbosa (2024, p. 4) asseguram que “o modo como a avaliação é realizada pressupõe uma definição das funções da escola em uma sociedade. Os determinantes sociais delimitam, portanto, a função da instituição, ao passo que a avaliação a torna visível e a legítima.”

É importante destacar que, a cada novo contexto histórico e social, as mudanças decorrentes refletem-se na busca por melhorias nos sistemas que ofertam serviços públicos gratuitos aos cidadãos. Nesse sentido, a necessidade de políticas públicas que acompanhem os processos de ensino e aprendizagem de professores e estudantes materializa-se, entre outras formas, nas avaliações externas. Para além das discussões gerais sobre essas avaliações, torná-las significativas para os estudantes ainda representa um grande desafio, sobretudo porque adequar os instrumentos avaliativos às diferentes realidades educacionais continua sendo um dos principais gargalos do sistema educacional brasileiro.

Essas avaliações, para além das finalidades discutidas anteriormente, integram no campo macro educacional a investidora de recursos públicos destinados às instituições de ensino, sejam elas municipais, estaduais ou federais. Embora a mercadonização das avaliações seja, por vezes, padronizada em suas finalidades, é essa obsessão avaliativa (AFONSO, 2007) que movimenta os princípios de eficiência e eficácia educacional. Como consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, no artigo 9º, entre as incumbências da União, afirma-se: “VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas

de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 1996).”

Pensar a avaliação como instrumento de política pública educacional permite aos profissionais da educação a politização das práticas de ensino, que não se encerram em si com a proposta avaliativa. Utilizada com parâmetros não estatísticos, mas sim qualitativos, a avaliação condiciona a balização do ensino e da aprendizagem para todos. Em prova disso, a Resolução CNE/CP nº 2/2019 indicou que, no campo da avaliação, os docentes precisam “conhecer, examinar e analisar os resultados de avaliação de larga escala” (BRASIL, 2019). Isto posto, conhecer a proposta das avaliações externas educacionais indica ao docente o trajeto de ensinagem e aprendizagem dos estudantes: seguido por eles, indicado por nós; aprendido por eles, guiado por nós.

Além de considerar a avaliação como um instrumento diagnóstico da prática docente e um mecanismo de transformação das práticas pedagógicas, tratando do alinhamento das demandas pedagógicas às necessidades educacionais escolares, Tardif (2007, p. 223) considera que a capacidade de reorganizar, a partir da diagnose, os próprios instrumentos didáticos e metodológicos está “[...] ligada à sua capacidade de racionalizar a própria prática, de criticá-la, de revisá-la, de objetivá-la, buscando fundamentá-la em razões de agir.”

Ademais, compreender que a avaliação não encerra ciclos ou quantifica saberes, nem objetiva premiar os melhores professores, é sumariamente importante para que, juntos, possamos pensar na readequação das propostas escolares. Não obstante, é importante considerar que refletir sobre o aspecto qualitativo não subtrai o caráter somativo das avaliações, que, a partir disso, apresentam o desempenho dos alunos distribuído em porcentagens e níveis de proficiência (aprendizagem adequada, intermediária e em defasagem). São esses resultados que quantificam também as aprendizagens, promovendo uma reflexão numérica sobre as distâncias de conhecimento entre as etapas e séries escolares.

A exemplo disso, no CAEd, qualificamos e quantificamos as aprendizagens com base nas matrizes de referência que, conforme o SEB/MEC (2025, p. 4), indicam que,

além das habilidades previstas na matriz de referência, outras habilidades, de etapas anteriores, podem ser incluídas nos testes. Essas habilidades compõem os blocos de integração e são referentes a marcos de desenvolvimento fundamentais para que o estudante prossiga em sua trajetória escolar. Os itens que avaliam essas habilidades têm o propósito de medir a defasagem dos estudantes que ainda não desenvolveram as habilidades esperadas na etapa em que se encontram.

Ao integrar as avaliações externas ao planejamento pedagógico, é possível fortalecer o processo educativo e promover uma abordagem personalizada e focada nas necessidades dos alunos, resultando em práticas pedagógicas mais eficazes e alinhadas aos objetivos educacionais estabelecidos pela BNCC.

METODOLOGIA

No percurso metodológico, optamos por uma pesquisa de natureza qualitativa, na qual a compreensão das avaliações externas, mais especificamente das avaliações do CAEd, sustenta a discussão sobre o papel dessas avaliações como norteadoras do ensino público e gratuito brasileiro. O caráter dialógico dessa abordagem cria oportunidades e oferece condições ao pesquisador para dialogar sobre sua temática com diferentes áreas do conhecimento, sem binarizar a investigação, mas conduzindo o discurso por trajetórias metodológicas e referenciais diversos.

Para Tuzzo et al. (2023, p. 4),

a pesquisa qualitativa tende a preocupar-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Assim, a pesquisa qualitativa é dinâmica, multifacetada e, sobretudo, colaboradora. Em outros termos, é na pesquisa qualitativa que os fenômenos sociais se revelam na sua profundidade.

No mesmo sentido, os autores nos convidam a pensar a respeito da relação imbricada entre significado e significante, isto é, do pesquisador versus a pesquisa, da teoria versus os discursos em comum com ela, das vozes que transpassam as nossas problemáticas e objetivos específicos e, por que não, da preponderância da pesquisa quantitativa versus qualitativa e vice-versa.

Assim, Tuzzo et al. (2023, p. 8) revelam que, “se a pesquisa for dialógica, ela será por natureza, democrática, e em sendo democrática, se traduzir-se-á na expressão das possibilidades de dialogar com diferentes tipos de pesquisa e com sua própria essência, seu modo de existir e de funcionar.”

Sob esse prisma, a escolha do lócus da pesquisa deu-se a partir dos trabalhos desenvolvidos pela supervisão escolar e pelos professores com as avaliações externas do CAEd, no Instituto Municipal João Cândido Filho, envolvendo o segmento II do Ensino Fundamental, no ano de 2024. Em agosto do mesmo ano, realizamos o I Ciclo das Avaliações com as turmas do 6º ao 9º ano. A aplicação desse primeiro ciclo caracterizou-se por uma abordagem menos direcionada e mais funcional das avaliações.

Após a análise dos resultados em assembleia pedagógica, definiiram-se algumas estratégias e metas para o II Ciclo das Avaliações, que contou com uma semana destinada impressão dos cadernos, ao estudo direcionado dos professores sobre os conteúdos avaliados, uma semana de revisão desses conteúdos com as turmas e os respectivos professores de área, e uma semana para a realização das avaliações, organizada em cronograma coletivo, por exemplo: segunda-feira, Avaliação Contínua de Língua Portuguesa (Escrita); terça-feira, Avaliação Contínua de Língua Portuguesa (Leitura); quarta-feira, Avaliação Contínua de Ciências da Natureza; e quinta-feira, Avaliação Contínua de Matemática.

Nessa organização, na mesma semana destinada à revisão dos conteúdos, a supervisão escolar promoveu, em cada turma, uma conversa/orientação acerca da importância das avaliações externas e do impacto de seus resultados para a equidade do ensino em todo o território nacio-

nal. Além disso, como forma de incentivo aos estudantes, foi atribuída uma parcela da nota bimestral nas disciplinas específicas, considerando critérios como participação, proficiência e percentual de acertos.

Na seção a seguir, apresentamos os resultados e as discussões desta pesquisa, fundamentados no percurso metodológico e nos instrumentos de coleta de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O II Ciclo das Avaliações foi aplicado em outubro de 2024, entre os dias 29 e 31, distribuído organizadamente em cada um dos dias. Nessa semana, de forma unânime, na terça-feira, as turmas realizaram a Avaliação Contínua de Escrita e Língua Portuguesa, sendo as demais avaliações aplicadas nos outros dias da semana: na quarta-feira, a Avaliação Contínua de Ciências da Natureza, e na quinta-feira, a Avaliação Contínua de Matemática.

Nas imagens abaixo, é possível verificar a participação e o desempenho dos estudantes avaliados, em um comparativo entre o I e o II Ciclos. Na primeira figura, observa-se o quantitativo de estudantes avaliados nas duas turmas de 6º ano. Na aplicação do I Ciclo, como ainda não havia uma base de aplicação e estudo sobre as Avaliações do CAEd, realizamos a aplicação sem direcionamento e sem objetivos específicos.

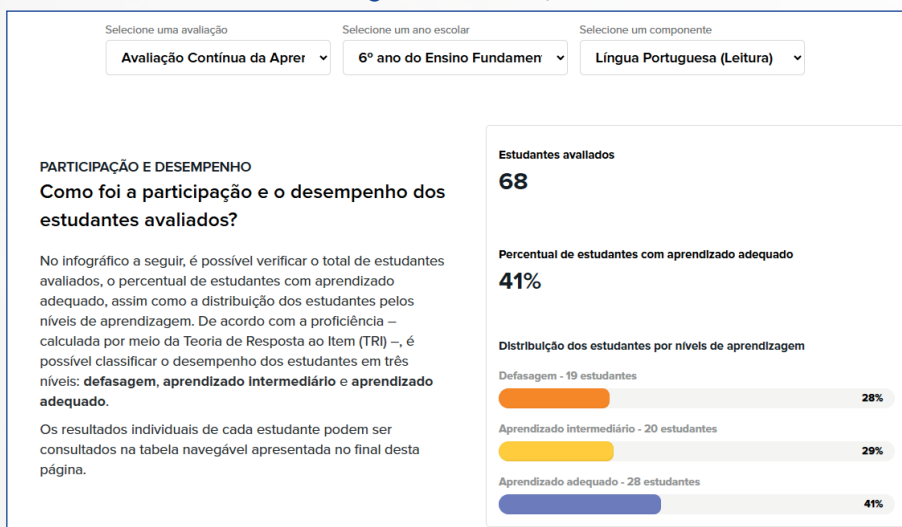
Fig. 1: Avaliação Contínua da Aprendizagem – Ciclo I / 2024 – 6º ano (Língua Portuguesa – Leitura)



Fonte: Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, 2024.

Já na segunda figura, após os estudos sobre as avaliações externas e o estabelecimento de objetivos comuns durante os encontros pedagógicos, observou-se uma melhora no percentual de estudantes com aprendizado adequado, de **39%** para **41%**.

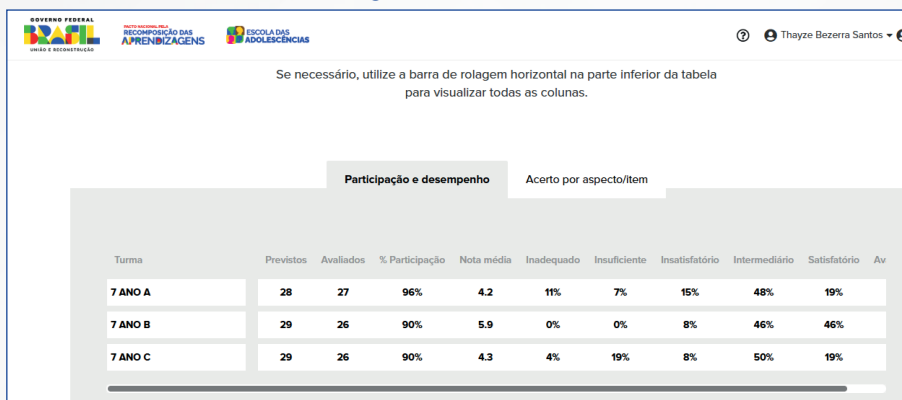
Fig. 2: Avaliação Contínua da Aprendizagem – Ciclo II / 2024 – 6º ano (Língua Portuguesa – Leitura)



Fonte: Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, 2024.

Nas Figuras 3 e 4, ao estabelecermos critérios de revisão, fixação e resolução de questões com base na Matriz de Referência do CAEd, observou-se, nos 7º anos, uma elevação nas médias: passamos de **4.2** no 7º A, **5.9** no 7º B e **4.0** no 7º C para **6.8** no 7º A, **8.2** no 7º B e **7.0** no 7º C.

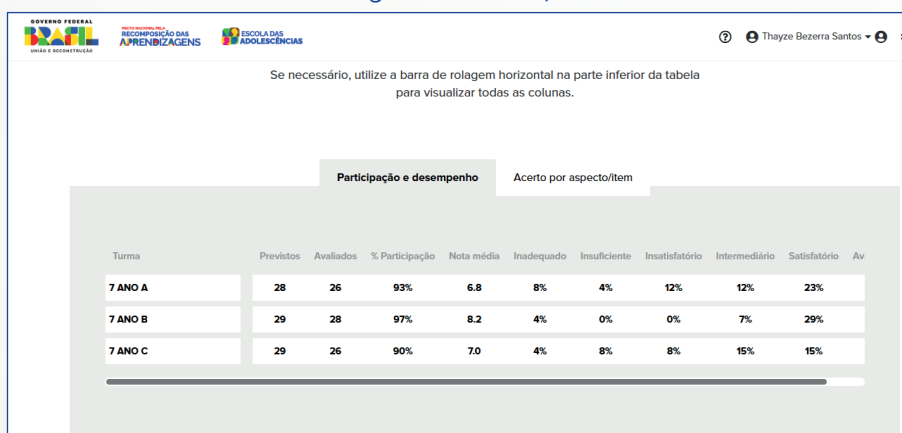
Fig. 3: Avaliação Contínua da Aprendizagem – Ciclo I / 2024 – 7º ano (Língua Portuguesa – Escrita)



Turma	Participação e desempenho			Acerto por aspecto/item						
	Previstos	Avaliados	% Participação	Nota média	Inadequado	Insuficiente	Insatisfatório	Intermediário	Satisfatório	Av
7 ANO A	28	27	96%	4.2	11%	7%	15%	48%	19%	
7 ANO B	29	26	90%	5.9	0%	0%	8%	46%	46%	
7 ANO C	29	26	90%	4.3	4%	19%	8%	50%	19%	

Fonte: Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, 2024.

Fig. 4: Avaliação Contínua da Aprendizagem – Ciclo II / 2024 – 7º ano (Língua Portuguesa – Escrita)

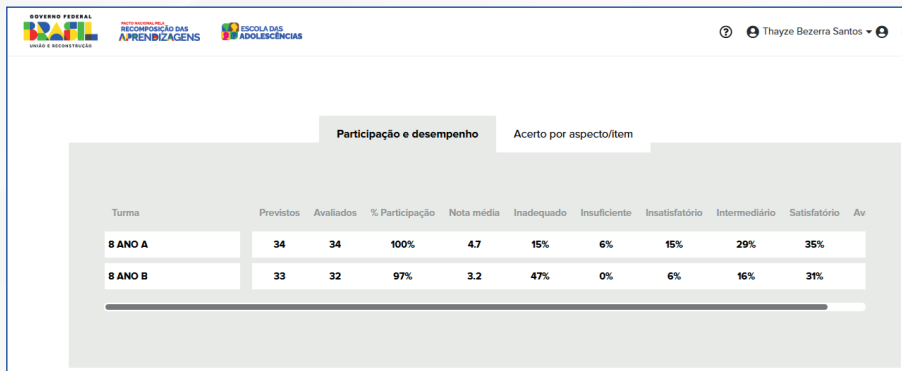


Turma	Participação e desempenho			Acerto por aspecto/item						
	Previstos	Avaliados	% Participação	Nota média	Inadequado	Insuficiente	Insatisfatório	Intermediário	Satisfatório	Av
7 ANO A	28	26	93%	6.8	8%	4%	12%	12%	23%	
7 ANO B	29	28	97%	8.2	4%	0%	0%	7%	29%	
7 ANO C	29	26	90%	7.0	4%	8%	8%	15%	15%	

Fonte: Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, 2024.

Nas Figuras 5 e 6, nas turmas dos 8º anos, no I Ciclo, obtivemos a nota média de **4.7** no 8º ano A e **3.2** no 8º ano B. No II Ciclo, a nota média das turmas foi de **7.0**.

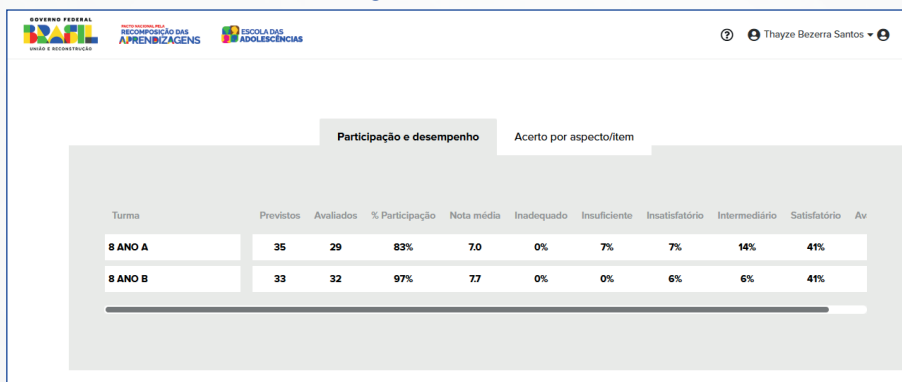
Fig. 5: Avaliação Contínua da Aprendizagem – Ciclo I / 2024 – 8º ano (Língua Portuguesa – Escrita)



Turma	Previstos	Avaliados	% Participação	Nota média	Inadequado	Insuficiente	Insatisfatório	Intermediário	Satisfatório	Av
8 ANO A	34	34	100%	4,7	15%	6%	15%	29%	35%	
8 ANO B	33	32	97%	3,2	47%	0%	6%	16%	31%	

Fonte: Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, 2024.

Fig. 6: Avaliação Contínua da Aprendizagem – Ciclo II / 2024 – 8º ano (Língua Portuguesa – Escrita)



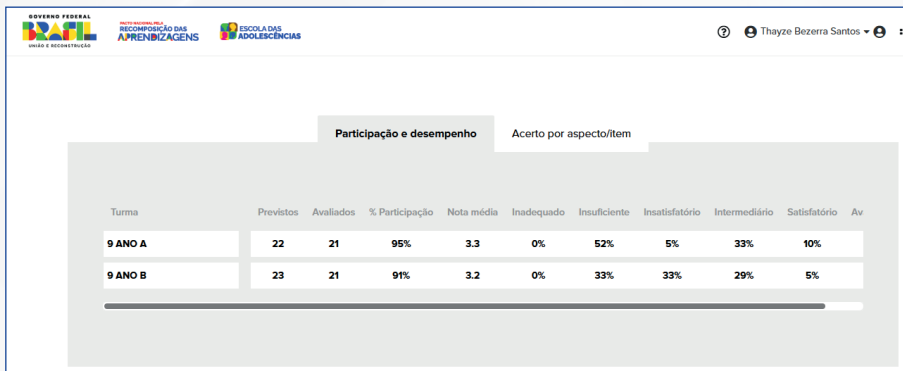
Turma	Previstos	Avaliados	% Participação	Nota média	Inadequado	Insuficiente	Insatisfatório	Intermediário	Satisfatório	Av
8 ANO A	35	29	83%	7,0	0%	7%	7%	14%	41%	
8 ANO B	33	32	97%	7,7	0%	0%	6%	6%	41%	

Fonte: Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, 2024.

Nas Figuras 7 e 8, referentes às turmas dos 9º anos na Avaliação Contínua de Língua Portuguesa (Escrita), o 9º ano A obteve nota média de **3,3** e o 9º ano B, de **3,2**.

Por outro lado, no II Ciclo, o 9º ano A apresentou média de **5,2** e o 9º ano B, de **5,1**.

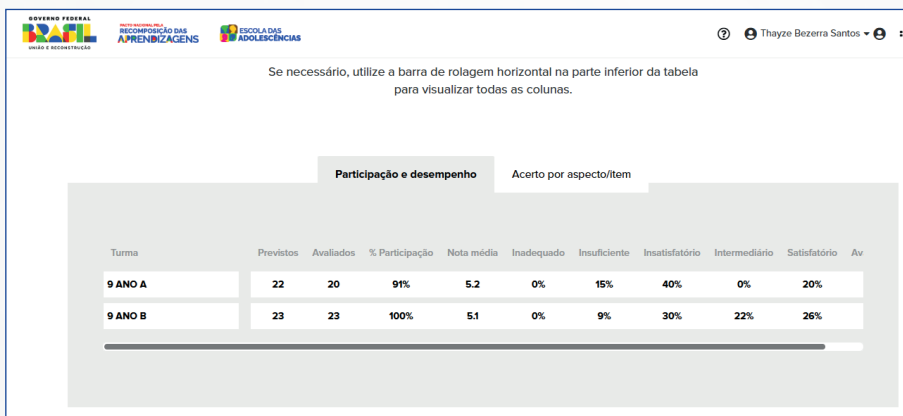
Fig. 7: Avaliação Contínua da Aprendizagem – Ciclo I / 2024 – 9º ano (Língua Portuguesa – Escrita)



Turma	Previstos	Avaliados	% Participação	Nota média	Inadequado	Insuficiente	Insatisfatório	Intermediário	Satisfatório	Av
9 ANO A	22	21	95%	3.3	0%	52%	5%	33%	10%	
9 ANO B	23	21	91%	3.2	0%	33%	33%	29%	5%	

Fonte: Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, 2024.

Fig. 8: Avaliação Contínua da Aprendizagem – Ciclo II / 2024 – 9º ano (Língua Portuguesa – Escrita)



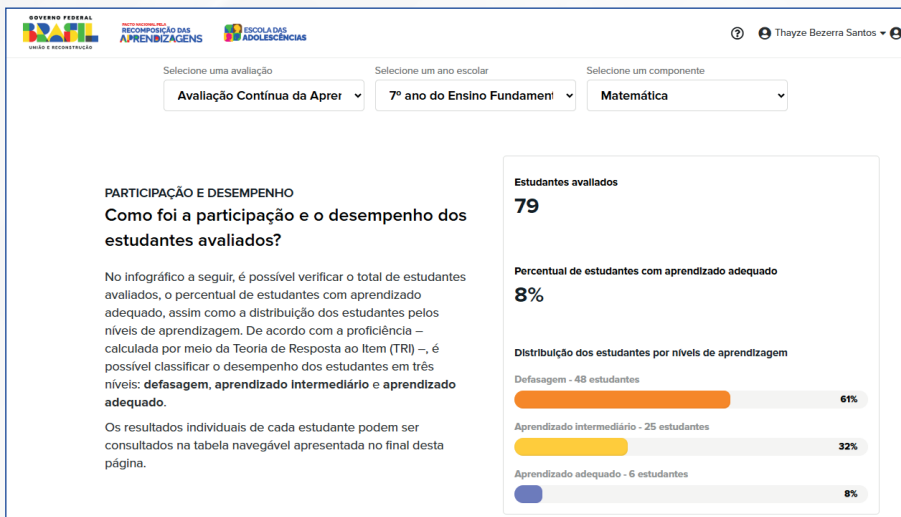
Se necessário, utilize a barra de rolagem horizontal na parte inferior da tabela para visualizar todas as colunas.

Turma	Previstos	Avaliados	% Participação	Nota média	Inadequado	Insuficiente	Insatisfatório	Intermediário	Satisfatório	Av
9 ANO A	22	20	91%	5.2	0%	15%	40%	0%	20%	
9 ANO B	23	23	100%	5.1	0%	9%	30%	22%	26%	

Fonte: Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, 2024.

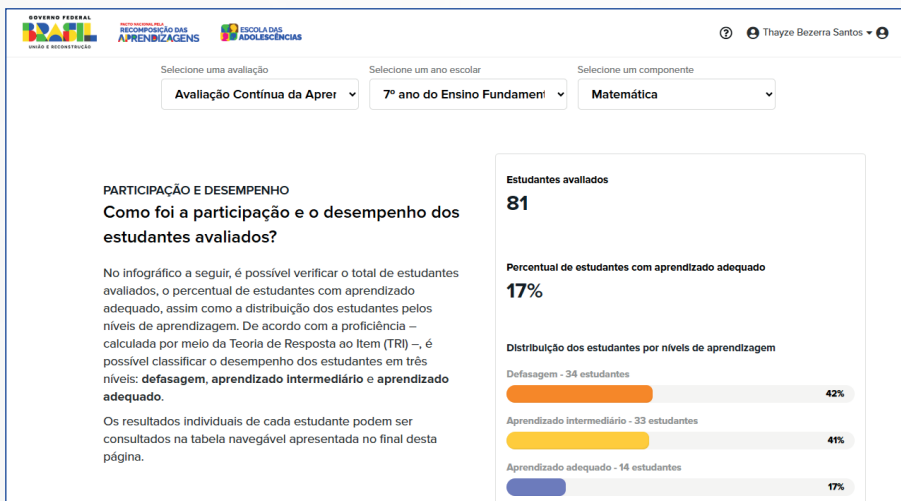
Nas Figuras 9 e 10, referentes à Avaliação Contínua de Matemática do I Ciclo, as turmas dos 7º anos apresentaram um percentual de 8% de estudantes com aprendizado adequado. Ao todo, foram avaliados 79 estudantes. Segundo o gráfico, 48% desses alunos estavam em defasagem, 25% apresentaram aprendizado intermediário e apenas 6% demonstraram aprendizado adequado. No II Ciclo, dos 81 alunos avaliados, observou-se um percentual de 7% com aprendizado adequado, distribuídos em: 4 estudantes em defasagem, 33 com aprendizado intermediário e 14 com aprendizado adequado.

Fig. 9: Avaliação Contínua da Aprendizagem – Ciclo I / 2024 – 7º ano (Matemática)



Fonte: Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, 2024.

Fig. 10: Avaliação Contínua da Aprendizagem – Ciclo II / 2024 – 7º ano (Matemática)

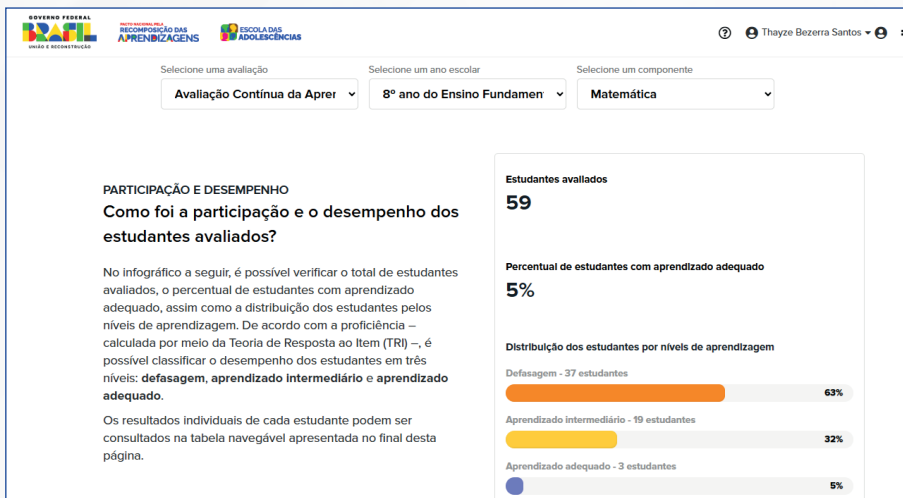


Fonte: Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, 2024.

Nas Figuras 11 e 12, referentes aos 8º anos na Avaliação de Matemática do I Ciclo, dos 59 estudantes avaliados, 5% apresentaram aprendizado adequado, sendo 37 estudantes em defasagem, 19 com aprendizado intermediário e 3 com aprendizado adequado. No II Ciclo das avaliações, com 63 estudantes avaliados, o percentual de aprendizado adequado

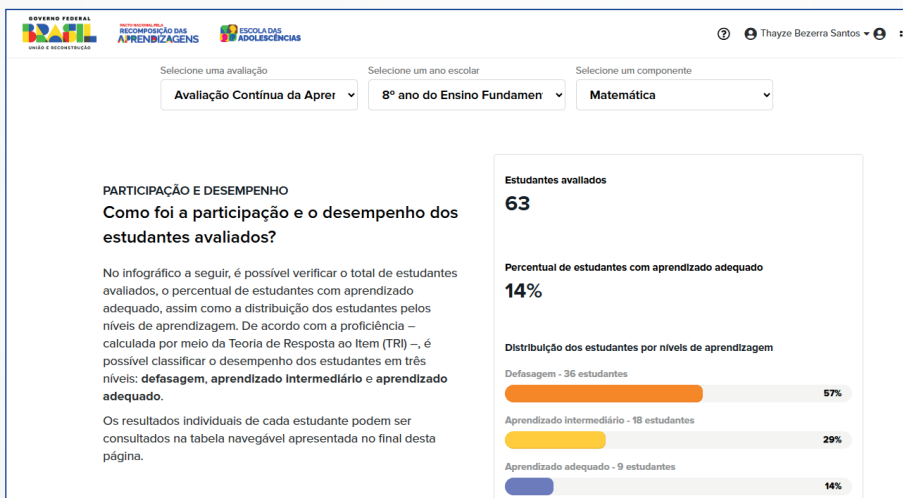
subiu para 14%, sendo 36 estudantes em defasagem, 18 com aprendizado intermediário e 9 com aprendizado adequado.

Fig. 11: Avaliação Contínua da Aprendizagem – Ciclo I / 2024 – 8º ano (Matemática)



Fonte: Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, 2024.

Fig. 12: Avaliação Contínua da Aprendizagem – Ciclo II / 2024 – 8º ano (Matemática)



Fonte: Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises e dos resultados obtidos por meio da pesquisa, observou-se que: (i) alinhar os objetivos da avaliação externa aos objetivos da escola é fundamental para o sucesso no encaminhamento e andamento das práticas pedagógicas; (ii) mobilizar a escola, os alunos, os pais, a comunidade e os profissionais é crucial para que todos tenham consciência da relevância das avaliações externas como balizadoras do ensino básico; e (iii) revisar conteúdos curriculares em sala de aula, em uma semana de revisão e preparação para as provas, gera no estudante um senso de responsabilidade e um compromisso mútuo com a dedicação para as provas externas.

Observou-se ainda que reservar momentos específicos para revisão de conteúdos curriculares, em preparação para as provas, gera nos estudantes senso de responsabilidade e compromisso com a aprendizagem, fortalecendo o protagonismo estudantil. Ademais, a integração das avaliações externas ao planejamento pedagógico contribui para a criação de uma cultura de reflexão contínua sobre o ensino e a aprendizagem, permitindo aos docentes identificar lacunas, ajustar metodologias e promover intervenções pedagógicas mais eficazes. Essa prática não apenas eleva a qualidade do ensino, mas também aproxima a escola da comunidade, tornando o processo educacional mais inclusivo, transparente e participativo, promovendo, assim, uma educação mais equitativa e alinhada às demandas do Segmento II do Ensino Fundamental.

Por fim, este estudo evidencia que as avaliações externas do CAEd, quando articuladas ao planejamento escolar e às práticas pedagógicas, tornam-se ferramentas poderosas para fortalecer a qualidade do ensino, fomentar a participação ativa da comunidade escolar e promover uma educação equitativa e centrada nas necessidades dos alunos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. (2007). *Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa*. *Contrapontos*, 7(1), 11-22.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

CAEd. *Estatuto Social*. Fundação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Juiz de Fora, 2017.

LOPES, Luana Pimentel; BARBOSA, Regina Carla de Jesus. *A prática docente frente às avaliações em larga escala no Brasil*. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, Ano 7, Vol. VII, n.16, jul.-dez., 2024.

LUCKESI, C. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SEB/MEC - Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. *Plataforma de Avaliação e Acompanhamento das Aprendizagens nos Anos Finais*. CAEd-UFJF, 2025.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TUZZO, Simone Antoniaci; SANTOS, Inês Guerra; BRAGA, Claudomilson Fernandes. *O caráter dialógico da pesquisa qualitativa*. Vol. 19 | *New Trends in Qualitative Research*, 2023.